Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Comissão especial na Câmara será instalada em agosto para debater o tema que divide esquerda, direita e centro. Especialistas vão participar da discussão sobre a proposta que reduz de 18 para 16 anos as responsabilidades dos jovens

Redução da maioridade, polêmica adiada

» LUIZA ALTOÉ

Em menos de um mês, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos deve entrar na pauta na Câmara dos Deputados. Há 11 anos, o assunto está paralisado na Casa, aguardando encaminhamento. A expectativa dos defensores da proposta é que evolua a partir da instalação da comissão especial que analisa a proposta está prevista, prevista para a segunda semana de agosto, entre os dias 10 e 14.

Porém, apesar de a discussão iniciar no próximo mês. com a apresentação do plano de trabalho pelo relator, deputado Mendonça Filho (PL-PE), e a indicação das entidades que serão ouvidas nas audiências públicas, há consenso entre os líderes de que a proposta só será votada após as eleições, pois em agosto e setembro, o foco dos parlamentares estará nas bases eleitorais nos estados. Portanto, o quórum presencial em Brasília estará baixo. Há, ainda, o receio de que a discussão seja contaminada pelo debate eleitoral, quando candidatos podem pesar no tom político para ganhar votos em vez de analisar tecnicamente a questão.

"Vamos intensificar o trabalho a partir do dia 4 de outubro, depois das eleições. O nosso planejamento é votar na comissão especial e no Plenário ainda este ano", afirmou ao **Correio** o deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), indicado para comandar a comissão pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB).

Apesar de ser favorável à redução da maioridade para todos os tipos de crime, o deputado afirmou que conduzirá os trabalhos como um "magistrado", ou seja, de maneira imparcial. "Esse assunto já está muito maduro no país para ser discutido. (...) dificilmente ele não avança no Congresso Nacional", avaliou.

Mendes acredita que a matéria será votada até o final do ano independentemente do presidenciável eleito, tendo em vista o amplo apoio popular da medida. Segundo o Datafolha de 25 de junho, 79% dos brasileiros apoiam a redução da maioridade penal. Porém, considerando a série histórica, foi o menor percentual desde 2003, quando o índice era de 84%.

Breno Fortes/CB

Adolescentes são submetidos à internação para aplicação de medidas socioeducativas

Esquerda x direita

Líderes de partidos de esquerda que conversaram com o **Correio** afirmaram que irão enfrentar o debate na comissão especial. A ideia é evidenciar que existem outros caminhos de punir o adolescente além do envio aos presídios. Na avaliação deles, as penitenciárias atuam como escolas do crime, sendo mais eficaz discutir, por exemplo, aumento das penas de jovens em ambientes socioeducativos.

O Código Penal não se aplica a menores de 18 anos. Para ele, a legislação é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece medidas socioeducativas — como internação e prestação de serviços — em vez de detenção em estabelecimento penal comum.

Já as lideranças partidárias da direita defendem a redução da maioridade penal para todos os tipos criminais. A justificativa é que se o menor de idade é capaz de cometer um "crime de adulto", deve ser punido na mesma proporção. Tal perspectiva, na avaliação deles, reduziria a sensação de impunidade e reduziria o número de crimes.

Vale lembrar que, durante a tramitação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), partidos como PL, PP e União Brasil foram favoráveis à redução da maioridade penal. PSD, Republicanos, MDB, Podemos, PSDB-Cidadania, PSB, PDT, Avante, Solidariedade e PRD não definirão posição única. Orientaram de forma contrária a federação formada por PT, PCdoB, PV, Psol e Rede.

O texto aprovado pela CCJC diz que a maioridade é atingida aos 16 anos, quando a pessoa é considerada penalmente imputável (quando a pessoa tem discernimento e pode ser responsabilizada criminalmente perante o Código Penal), ou seja, com capacidade de entender o ato cometido e se este é legal.

A matéria está apensada a outras duas, trazendo diferentes perspectivas para a discussão na comissão especial. A proposta do deputado Capitão Alden (PL-BA), por exemplo, sugere a redução da maioridade penal em casos de crimes hediondos ou de maus-tratos de crueldade extrema contra pessoas e animais, mantida, como regra, a inimputabilidade dos menores de 18 anos. Já a deputada Julia Zanatta (PL-SC) propõe acrescentar um dispositivo para que adolescentes de 16 anos respondam pela prática de crimes cometidos com violência ou grave ameaça, hediondos e contra a vida.

ADEMI DF
Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal

Informativo do mercado imobiliário

Brasília-DF, 19/07/2026

Venda de imóveis novos mostra adensamento populacional, envolvendo as diversas faixas de renda no Distrito Federal

O adensamento urbano, importante mecanismo de ocupação ordenada das cidades, avança no Distrito Federal. A venda de imóveis novos tem crescido de forma consistente, distribuída por regiões de perfis distintos, fenômeno que confirma as peculiaridades do déficit habitacional na capital federal: a demanda por moradia transcende faixas de renda e localização. Regiões como Noroeste, Samambaia e Park Sul concentraram as maiores variações de vendas no primeiro quadrimestre de 2026, apontando para um adensamento mais equilibrado da capital federal.

O Noroeste liderou em volume absoluto, com 296 unidades vendidas e crescimento de 57% sobre o primeiro quadrimestre de 2025. Bairro planejado do Plano Piloto, a região consolida a oferta de alto padrão, com projetos que incorporam paradigmas contemporâneos de sustentabilidade e acabamento que o tornaram um dos bairros mais valorizados da capital.

Ancorada em compradores com renda menor, Samambaia cresceu de forma expressiva: de 77 para 175 unidades vendidas, alta de 127%. A região favorece o segmento econômico, com infraestrutura urbana consolidada, acesso ao sistema metroviário e oferta de empreendimentos enquadrados nos programas habitacionais federais.

O Park Sul registrou a maior variação percentual do quadrimestre: +190%, com 84 unidades vendidas ante 29 no mesmo período do ano anterior. Localizado na fronteira da área tombada de Brasília e com acesso ao metrô, o bairro atrai um perfil de comprador que busca proximidade ao Plano Piloto com moradia de alto padrão.

Os dados refletem um mercado imobiliário em maturação, com oferta diversificada para todas as camadas da população. A ADEMI DF acompanha o desempenho do setor, atuando para que suas associadas se mantenham alinhadas à demanda e na expectativa de que o ambiente de negócios reforce as condições de expansão saudável do mercado.

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B - Guará - Brasília/DF - Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf

Mais meninos pardos

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu inspeções judiciais , entre setembro e outubro de 2024, para analisar a situação de 427 unidades no país que abrigam adolecentes que cumprem medidas socioeducativas. É o levantamento mais completo e recente sobre o tema. Do total de 11.016 adolescentes, 95,5% são do gênero masculino, e a maioria tem 17 anos (34%). Em relação à raça/cor, 55,4% se identificam como pardos, 18,8% como pretos, 25,1% como brancos.

De acordo com o levantamento, 39% das unidades garantem mais de 20 horas semanais de estudo, enquanto 37,1% oferecem entre 16 e 20 horas semanais. A maioria dispõe de assistentes sociais e psicólogos. As inspeções mostraram ainda que há 18.127 agentes socioeducativos trabalhando nas unidades.

Estudo, realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2018, mostra em quais infrações os adolescentes se envolvem. Em maior número tráfico de drogas, depois roubo e furto, além de porte (de drogas) e envolvimento em brigas de trânsito e dirigir sem habilitação. Para esse levantamento, o MDS utilizou dados e informações fornecidos pelos estados.

Carlos Moura/CB/D.A Press.

Dos jovens internados, 95,5% são do gênero masculino

Meninas

Pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFP), em 2015, verificaram que as meninas que cumprem medidas socioeducatias, assim como os adolescentes do gênero masculino respondem na sua maioria por crimes que envolvem tráfico de drogas, assaltos, lesões corporais e furtos.

Para os especialistas que participaram do estudo, as meninas são punidas duplamente: sofrem penalidades no âmbito familiar, com relatos de violência física e psicológica, e também por meio da imposição de medidas mais duras, como a internação em unidades específicas.

Pesquisa organizada por especialistas da Universidade Fenderal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2023, mostra que as unidades destinadas à internação de adolescentes para a aplicação de medidas socioeducativas não estão preparadas para receber o público LGBTQIAPN+. A ausência de condições adequadas para atender essas pessoas, segundo os pesquisadores, contribui para um ambiente hostil e propício para mais violência.

Resoluções do CNJ prevêem que os adolescentesLGBTQIAPN+ têm direito ao acompanhamento de médico psiquiatra e psicólogoo, sendo que a cirurgia para redesignação sexual só pode ser realizada quando completa 21 anos.

Avião cai em Tocantins e morrem dois

Um casal morreu e o piloto ficou gravemente ferido após a queda de um avião de pequeno porte ontem, na região do Aeródromo City Fly, em Palmas, no Tocantins. A aeronave seguia para Redenção, no Pará. As vítimas foram identificadas como o médico Ederson da Silva, de 68 anos, e a esposa dele, Roseli Amarilda, de 62. Ambos morreram no local. Eles eram donos do Hospital São Lucas, na cidade paraense. O piloto Hamilton Lopes, de 79 anos, foi resgatado com vida e encaminhado ao Hospital Geral de Palmas (HGP), onde permanecia internado em estado crítico até o fechamento desta edição. As causas da queda da aeronave ainda serão investigadas.

Reprodução internet